

Qualidade no Ensino



Horácio Almendra (horacio.almendra@iqe.org.br)

Colaboração: Maria Helena Braga, Maria Sidalina Gouveia, Cristina Luiza Garbuio, Maria Teresinha Figueiredo e José Gayoso.

Marias e outras Mulheres e as condições do ser professora no Brasil

Iran Freitas

Coordenadora Geral em Pernambuco do IQE – Instituto Qualidade no Ensino (www.iqe.org.br)

Comecei a conceber este artigo na semana em que o mundo todo felicita e comemora o Dia Internacional da Mulher, 08 de março. Sem dúvida, não havia como pensar em escrever qualquer linha sobre a educação brasileira, em um período em que as redes sociais e mídias, de maneira geral, mobilizam-se e depõem sobre a condição da mulher, sem refletir, especificamente, sobre o espaço dessa mulher na Educação do Brasil, na sua condição de professora. Nesse caso, lembramos que, segundo o próprio Ministério da Educação, 81,5% de professores da educação básica são mulheres. Falar da mulher professora é falar daquela que constrói sua identidade profissional no espaço e no cotidiano das diversas unidades de ensino espalhadas no Brasil. Afora os dados de pesquisa, em simples visita a qualquer ambiente escolar, principalmente da infância e da juventude, podemos, sem dificuldade, observar que são as mulheres a grande maioria e a quem, de fato, é dada a nobre e mais importante tarefa de uma nação: a educação das novas gerações. No recorte da Educação Pública Brasileira, direciono agora o olhar sobre algumas condições de concretização da prática profissional das nossas mulheres professoras. Como se alinham e se estabelecem no grande desafio de produzir uma educação de qualidade, em um país de dimensões continentais, marcado, desde a sua origem, pela desigualdade social, além de um extenso grau de complexidade vivido no

ambiente interno das próprias escolas.

Nesse contexto, compartilho o relato de Maria José, uma mulher professora, da Zona rural do Sertão de Pernambuco que, em uma das minhas idas às escolas, contou meio que timidamente, mas em detalhes, sobre todo o seu esforço em alfabetizar alunos. A tarefa de Maria de ensinar era diariamente precedida pela tarefa de alimentar essas crianças e banhá-las, já que no espaço doméstico não lhes era dada essa condição pela recorrente falta d'água, uma vez que a política pública de acesso à água no Sertão é tão eficiente quanto o ato de desenhar uma nuvem no chão para fazer chover. Segundo Maria, o mais difícil era convencer os pais de que, mesmo em dia de feira na cidade, tinha aula, e esta era mais importante do que esperar o dia todo para apanhar a xepa e levar a comida para casa. Perguntei, de súbito, a Maria José o que a motivava a continuar tentando e, para minha urbana surpresa, ela confessou ter sido um desses alunos que, pelo esforço de outra mulher professora, estudou e conseguiu fazer o magistério: "eu tenho esse sonho para eles", falou com um misto de tristeza e alegria no olhar.

Tive oportunidade de aprender com ela. A história de Maria é a de muitas das nossas professoras brasileiras, sobreviventes a um sistema público de ensino que engatinha na resolução de necessidades básicas na Educação, como investimento em formação continuada, currículo, financiamento educacional, reestruturação de redes físicas escolares, entre outros. É, no contexto dessa "educação possível, que tecem o universo da prática escolar as Marias, as Anas, as Severinas, as mulheres professoras. No contexto político de contradição, é que a solidão, os dilemas éticos, as angústias pedagógicas são vencidos diariamente

pela esperança, pela força docente e pela crença transformadora da realidade. Nos ditos da professora Roseli Cação Fontana, professora autora de obras a respeito do trabalho pedagógico, nós, professoras, somos mulheres numa sociedade ainda patriarcal. "Somos mães, mas também filhas, netas e irmãs e ainda esposas [...] numa sociedade dilacerada pelas desigualdades, em que nossa condição de assalariadas, ainda que nos agregue e a muitos outros trabalhadores, é vivida, mesmo entre nós, de modo desigual [...], ensinamos em condições diferentes a crianças também diferentes". Reitero que as professoras resistem às condições materiais ofertadas por um sistema que não se define por estabelecer, de forma prioritária, política estruturadora de Educação, mas por políticas assistencialistas. Não obstante, executar os processos de formação continuada para os professores, previstos inclusive na lei 11.738/2008 que, no seu artigo segundo, estabelece que 1/3 da carga horária docente seja destinada à preparação de aulas, formação e demais atividades, torna-se menos importante que distribuir "kits" sem propósitos pedagógicos para esses profissionais. Há de se pensar a professora brasileira com as condições para seu exercício asseguradas. Que lhes sejam disponibilizadas todas as ferramentas necessárias para a realização da tão sonhada educação de qualidade. O intento, aqui, é refletir sobre a condição da mulher que constrói a sua subsistência nas salas de aulas da escola brasileira. Infelizmente, não nos é oportuno ampliar a discussão sobre a educação ofertada às mulheres brasileiras em sua infância e juventude. Mas, essa reflexão é substancialmente oportuna, sobretudo, num momento em que a política pública nacional mobiliza a sociedade para discutir e pensar sobre uma Base Curricular Comum.